

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2024



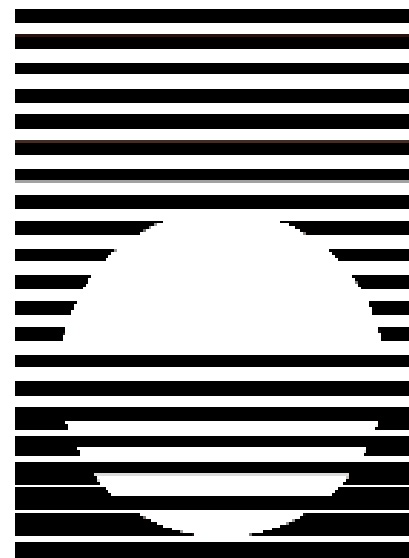
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

G20 presidido pelo Brasil tem primeiras reuniões ministeriais

Lula participa de reuniões da Liga Árabe, da União Africana e da CELAC

Brasil e Israel têm crise político-diplomática devido à guerra em Gaza

Página 05

Colômbia acusa Israel de violações de Direitos Humanos na Palestina

Presidente argentino confirma a mudança da embaixada em Israel para Jerusalém

Página 06

Javier Milei sofre derrotas no Judiciário e no Legislativo

Chile recebe apoio internacional após incêndios florestais históricos

Página 07

Acordo comercial entre o Chile e a UE é aprovado pelo Parlamento Europeu

Governo equatoriano enfrenta crise de segurança pública e pressões externas

Página 08

Mercosul retoma negociações comerciais e se posiciona diante de crise no Equador

Divergências persistem e Paraguai decide paralisar negociações para o acordo Mercosul-UE

Página 09

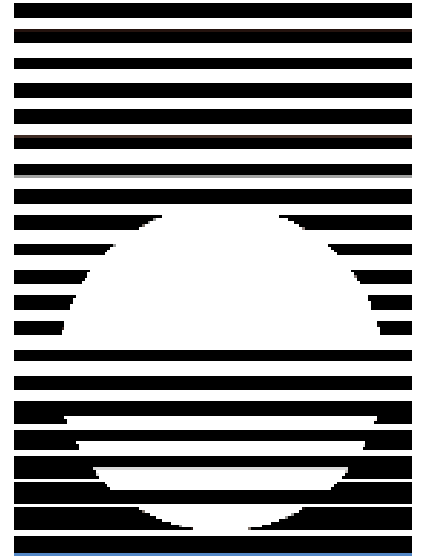
Uruguai participa de reuniões ministeriais do G20 pela primeira vez

Governo da Venezuela é criticado internacionalmente após inabilitação de principal candidata opositora e prisão de ativista

Página 10

Guiana preside o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a CARICOM

Celac aprova plano regional de combate à fome e erradicação da pobreza



G20 presidido pelo Brasil tem primeiras reuniões ministeriais

O G20 realizou suas primeiras reuniões ministeriais desde que o Brasil assumiu a presidência pro tempore do grupo, em novembro de 2023, com vistas a preparar a cúpula de chefes de Estado, prevista para novembro de 2024. Os encontros contaram com delegações dos membros fixos do G20 (19 das maiores economias nacionais do mundo, além da União Europeia e da União Africana) e de membros convidados pelo Brasil (Angola, Egito, Nigéria, Espanha, Portugal, Noruega, Emirados Árabes Unidos e Singapura). Na “trilha diplomática” do G20, ministros de Relações Exteriores tiveram reuniões no Rio de Janeiro, em 21 e 22 de fevereiro. O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, abriu os debates destacando as prioridades que o Brasil dará à agenda do grupo ao longo do ano: 1) combate à fome, pobreza e desigualdade; 2) desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental); e 3) reforma da governança global. Embora a discussão tenha se seguido a portas fechadas, Vieira informou, ao final, que houve uma “virtual unanimidade” em favor da solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino e apoio para que países emergentes tenham mais voz nos principais organismos multilaterais. Por sua vez, na “trilha de finanças” do G20, ministros e autoridades de Economia se reuniram em São Paulo, em 28 e 29 de fevereiro. O encontro foi liderado pelo ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, que pediu avanços em financiamento de desenvolvimento sustentável, taxaço coordenada dos indivíduos “super ricos” e redução da dívida externa de países pobres. Ao final dos debates, Haddad publicou um “chair statement” com pontos consensuais alcançados, como o tratamento da desigualdade como preocupação política fundamental e a necessidade de aumentar a representação de países em desenvolvimento em instituições econômicas globais.

Fontes: [O Globo](#), 02/12/2024; [Brasil](#), 21/02/2024; [Valor](#), 23/02/2024; [UOL](#), 28/02/2024; [Brasil de Fato](#), 29/02/2024.

Lula participa de reuniões da Liga Árabe, da União Africana e da CELAC

Ao longo do mês de fevereiro, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma série de viagens a regiões variadas do Sul geopolítico. Em 14 e 15 de fevereiro, visitou o Egito, onde se encontrou com seu homólogo, Abdel Fattah Al-Sisi, e visitou a sede

da Liga Árabe, localizada no Cairo. Em discurso às delegações de países-membros, reunidos em uma sessão extraordinária, Lula destacou a vontade de estreitar laços do Brasil com países árabes e criticou a ofensiva militar de Israel em andamento na Faixa de Gaza, que classificou de desproporcional e indiscriminada, ao vitimar sobretudo civis. Também condenou a suspensão de pagamentos à Agência da ONU para os Refugiados da Palestina (UNRWA) por países ricos e anunciou um aumento do aporte brasileiro. Na sequência, Lula viajou para a Etiópia, entre 16 e 18 de fevereiro, onde foi recebido pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed Al e participou da abertura da 37ª cúpula da União Africana, a convite do bloco. Em seu discurso, o presidente brasileiro voltou a criticar a guerra em Gaza e defendeu uma reforma do Conselho de Segurança da ONU que elimine o poder de vetar resoluções e inclua membros permanentes da África e da América Latina. Em 28 de fevereiro, Lula compareceu à 46ª Cúpula do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom), na Guiana, como convidado especial. Seu discurso centrou-se na luta contra a desigualdade, as mudanças climáticas e as guerras, assim como no aumento de investimentos do Brasil em integração logística regional e no treinamento de policiais haitianos para enfrentar a crise de segurança no país caribenho. Por fim, nos dias 29 de fevereiro e 1º de março, Lula participou da 8ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidades dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em São Vicente e Granadinas. Seu discurso tocou nos mesmos temas que aquele feito na Caricom, mas incluiu uma proposta de moção da CELAC pelo fim do que chamou de genocídio praticado por Israel na Faixa de Gaza.

Fontes: [Brasil](#), 13/02/2024; [Brasil](#), 15/02/2024; [Brasil](#), 17/02/2024; [Brasil](#), 28/02/2024; [Brasil](#), 01/03/2024.

Brasil e Israel têm crise político-diplomática devido à guerra em Gaza

Em 18 de fevereiro, teve início uma crise político-diplomática entre Brasil e Israel, após o presidente brasileiro declarar que “o que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”. A fala se referia à resposta militar que Israel vem dando, nos últimos meses, aos ataques terroristas do Hamas de 7 de outubro de 2023 e foi proferida em uma coletiva

de imprensa na Etiópia, onde Lula participava como convidado de honra de uma cúpula da União Africana. A declaração foi repudiada, no mesmo dia, por Israel. O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, classificou-a como vergonhosa e acusou Lula de cruzar uma linha vermelha e agir como um antissemita ao desonrar a memória das vítimas do Holocausto. O embaixador brasileiro em Israel foi chamado para ouvir uma reprimenda oficial no Museu do Holocausto, em Jerusalém, ao passo que Lula foi declarado persona non grata no país enquanto não se retratar. Nos dias seguintes, autoridades do governo israelense reiteraram as críticas e o pedido de retratação por meio de redes sociais, em tom inflamado. Por sua vez, o governo brasileiro convocou seu embaixador em Israel e chamou, para uma reunião, o embaixador de Israel em Brasília, a fim de expressar insatisfação com as atitudes das autoridades israelenses. O episódio teve repercussão, sobretudo, doméstica, ao inflamar a polarização entre esquerda e extrema-direita no Brasil. No dia 25 de fevereiro, o ex-presidente Jair Bolsonaro convocou uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, na qual apareceu segurando uma bandeira de Israel, assim como diversos de seus apoiadores.

Fontes: [Poder 360](#), 18/02/2024; [CNN Brasil](#), 18/02/2024; [Correio Braziliense](#), 19/02/2024; [Agência Brasil](#), 19/02/2024; [G1](#), 19/02/2024; [CNN Brasil](#), 25/02/2024

Colômbia acusa Israel de violações de Direitos Humanos na Palestina

Em 21 de fevereiro, o presidente colombiano Gustavo Petro acusou o Estado de Israel perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) por violações aos Direitos Humanos devido à ocupação em território palestino. Esta, por sua vez, é vista como ilegal pelos representantes colombianos. Este processo é independente da ação movida pela África do Sul no final de dezembro de 2023, que acusou o Estado israelense de genocídio. Em comunicado, a chancelaria colombiana afirmou que “(...) as políticas e práticas de Israel no desenvolvimento dessa ocupação resultaram em perseguição imposta, discriminação racial e apartheid sobre o povo palestino, violando seu direito à autodeterminação.” Ademais, o Estado colombiano fez um apelo a Israel para que ponha um fim a ocupação e à implementação de políticas que violam as obrigações internacionais

do Estado israelense. A Colômbia reforça ainda a necessidade de uma indenização aos danos causados em território palestino, além de garantir que estes atos não se repitam. Ademais, a Colômbia reforçou que os países não envolvidos no conflito não devem reconhecer a ocupação ilegal em território palestino e que não apenas se abstenham de ajudar na manutenção do conflito, mas também que cooperem para o fim do mesmo. Os representantes colombianos também solicitaram à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança da ONU para que tomem medidas extras para apoiar uma resolução negociada do conflito. Uma semana depois, em 29 de fevereiro, Gustavo Petro na rede social “X” trouxe mais turbulência nas relações entre os dois países. O presidente colombiano acusou Israel de genocídio, comparando a morte de palestinos que buscavam por comida nos arredores de Gaza ao episódio do Holocausto nazista. Gustavo Petro já havia defendido o presidente do Brasil, Lula, anteriormente, após este ter feito referência ao holocausto ao dar declarações sobre o genocídio que ocorre em território palestino. Na mesma postagem, o mandatário colombiano confirmou que a Colômbia suspendeu toda a compra de armas de Israel.

Fontes: [O Globo](#), 20/02/2024; [El Tiempo](#), 21/02/2024; [El Colombiano](#), 21/02/2024; [O Globo](#), 29/02/2024; [La Semana](#), 01/03/2024.

Presidente argentino confirma a mudança da embaixada em Israel para Jerusalém

No dia 6 de fevereiro, em viagem a Israel, o presidente da Argentina, Javier Milei, reiterou a promessa de campanha de transferir a embaixada argentina de Tel Aviv para Jerusalém Ocidental. A decisão é polêmica pois há disputas político-religiosas pelo controle da cidade, tida como sagrada tanto por judeus, muçulmanos e católicos. Somente três países moveram suas sedes diplomáticas para Jerusalém até hoje: Estados Unidos, Guatemala e Kosovo. Em um encontro com o ministro das Relações de Exteriores de Israel, Yisrael Katz, Milei expressou também o seu apoio ao país no conflito com o Hamas, classificando os ataques na Faixa de Gaza como uma “legítima defesa de Israel” frente aos “terroristas do Hamas”. Após a viagem, o presidente argentino seguiu para a Itália, onde se reuniu com o Papa Francisco no dia

12 de fevereiro. Chamou a atenção a longa duração do encontro - a conversa a portas fechadas durou 70 minutos - e o tom amistoso transmitido pelas fotos oficiais, já que, durante a campanha eleitoral, Milei havia proferido diversos insultos ao pontífice. Os dois chefes de Estado conversaram sobre a situação política e econômica da Argentina, mas os detalhes não foram divulgados. Além de encontros oficiais, Milei participou ainda de dois eventos internacionais de destaque no início de 2024: o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, e a Conferência Política de Ação Conservadora (CPAC), em Washington D.C., nos Estados Unidos. Em Davos, Milei discursou, no dia 17 de janeiro, em favor do capitalismo, que considera ser “a única ferramenta capaz de acabar com a fome, a pobreza e a miséria”. Fez um alerta de que o Ocidente estaria em perigo e criticou a agenda ambiental e o feminismo. Na CPAC, evento anual que reúne diferentes grupos políticos conservadores, o presidente argentino se encontrou rapidamente com o ex-presidente estadunidense Donald Trump nos bastidores, onde tiraram fotos e gravaram vídeos para as redes sociais, nos quais ambos fizeram declarações de apoio mútuo. Ainda em Washington, Milei se reuniu com o secretário de Estado, Anthony Blinken, para discutir a recuperação econômica da Argentina. A inflação cresceu 20,6% no mês de janeiro.

Fontes: [G1](#), 17/01/24; [Página 12](#), 06/02/2024; [Infobae](#), 12/02/2024; [G1](#), 15/02/2024; [UOL](#), 25/02/2024

Javier Milei sofre derrotas no Judiciário e no Legislativo

No dia 3 de janeiro, a Justiça do Trabalho da Argentina determinou a suspensão temporária da reforma trabalhista contida no Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), assinado em dezembro do ano passado pelo presidente Javier Milei. Em resposta a uma ação movida pela Central General del Trabajo (CGT), o órgão alegou que tais mudanças não poderiam ser aplicadas sem o consentimento do Poder Legislativo. O decreto prevê um conjunto de medidas polêmicas, dentre as quais estão a ampliação do período de experiência para oito meses, a possibilidade de demissão de funcionários em caso de participação de protestos em que haja corte de vias ou invasão a estabelecimentos, além da modificação do sistema de indenizações em favor das empresas. No Congresso, foi arquivado o projeto de lei intitulado Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los

Argentinos, que ficou popularmente conhecido como “Lei Ônibus”, por abarcar 664 artigos. Apresentado por Milei no final do ano passado, o projeto, caso aprovado, resultaria na declaração de emergência pública nas áreas econômica, financeira, fiscal, de segurança e de defesa, dando ao presidente superpoderes para governar com escassos mecanismos de contrapeso até 2025, podendo ser renovado por mais dois anos. Contudo, após negociações com a base aliada, diversos artigos foram alterados ou retirados do texto, sem que fosse possível chegar a um consenso mínimo que agradasse ao governo. Com isso, no dia 7 de fevereiro, durante uma viagem oficial a Israel, Milei ordenou que fossem interrompidas as discussões. Depois da derrota, o presidente compartilhou nomes e fotos de deputados que se posicionaram contra a lei ônibus, a quem insultou, chamando-os de “traidores” e “delinquentes”. Além dos embates com legisladores federais, Milei vem enfrentando resistência por parte de governadores. Na província de Chubut, o governador Ignacio Torres ameaçou interromper a provisão de petróleo e gás para o restante do país, caso o governo nacional não repassasse as verbas destinadas às provinciais, previstas em lei. Entretanto, no dia 27 de fevereiro, a Justiça determinou que o repasse fosse feito, contrariando o governo nacional, que deve recorrer da decisão. Nesse mesmo dia, o governador da província de Buenos Aires, Alex Kicillof, afirmou que também denunciará o governo à Corte Suprema de Justiça pela eliminação do Fundo de Fortalecimento Fiscal, que previa transferência de recursos do Estado nacional à província.

Fontes: [Clarín](#), 03/01/2024; [BBC](#), 07/02/2024; [Página 12](#), 07/02/2024; [Buenos Aires Herald](#), 27/02/2024; [Telesur](#), 27/02/2024.

Chile recebe apoio internacional após incêndios florestais históricos

No dia 2 de fevereiro, o presidente chileno Gabriel Boric decretou estado de exceção por catástrofe em decorrência de incêndios florestais que se espalharam por partes distintas do território do Chile, mas atingiram mais gravemente a região de Valparaíso. De acordo com o Serviço Nacional de Prevenção e Resposta à Desastres, os incêndios deixaram cerca de 133 vítimas e 5 mil feridos. Trata-se da situação de emergência que mais gerou vítimas desde o terremoto de 2010. Nas comunas de Viña del Mar e Quilpué, bairros foram destruídos em sua totalidade, com a

estimativa de cerca de 15 mil domicílios afetados. A reconstrução da região após os incêndios será desafiadora, já que o fogo se espalhou por 290 km², e as perdas materiais poderão chegar à US\$ 1 bilhão. Com isso, no dia 9 de fevereiro, Boric anunciou que o governo chileno disponibilizará um auxílio de recuperação para as famílias afetadas e ativou o Fundo de Reconstrução Nacional, para mobilizar recursos para as respostas ao desastre. O Ministro de Relações Exteriores chileno, Alberto van Klaveren, solicitou apoio à comunidade internacional. A Colômbia, que também foi atingida por incêndios florestais sem precedentes durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, manifestou, no dia 3 de fevereiro, sua intenção em cooperar no combate aos incêndios e convidou o governo chileno a trabalhar conjuntamente na adoção de medidas preventivas em resposta as mudanças climáticas. O México enviou cerca de 11 toneladas de alimentos para a região de Valparaíso e confirmou a entrega de 15 toneladas adicionais. A União Europeia disponibilizou seu sistema de satélites para monitoramento de emergências, o Copernicus. Ademais, os governos da Argentina, Canadá, Espanha, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela também expressaram sua solidariedade e disponibilizaram seus recursos para apoiar o Chile.

Fonte: [Cancillería de Colombia](#), 03/02/2024; [Emol](#), 04/02/2024; [La Tercera](#), 05/02/2024; [CNN Chile](#), 06/02/2024; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile](#), 06/02/2024; [El País](#), 09/02/2024.

Acordo comercial entre o Chile e a UE é aprovado pelo Parlamento Europeu

No dia 29 de fevereiro, o Acordo-Quadro Avançado UE-Chile (AQA) e seu acordo complementar, o Acordo de Comércio Provisório (ACP), foram aprovados pelo Parlamento Europeu. O AQA é resultado de negociações iniciadas em 2017 e visa a modernizar o Acordo de Associação EU-Chile, vigente desde 2002. Os compromissos assumidos no AQA contêm elementos de competência compartilhada e por isso ainda devem ser ratificados pelos Estados-Membros da UE, mas suas disposições relativas ao acesso ao comércio e investimentos foram replicadas no ACP, que entra em vigor com a ratificação do Parlamento Europeu e expirará com a vigência do AQA. Ainda que tenha ambições mais direcionadas à área do comércio, o AQA também aprofunda a relação entre os parceiros na área da segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Entre as principais

mudanças na área comercial, o AQA estabelece: a eliminação tarifária gradual em 99% das exportações entre as partes a ser cumprida em um prazo de 7 anos, com exclusões de produtos sensíveis, como o açúcar (tanto para a UE quanto para o Chile) e o arroz e banana (para a UE); a facilitação ao acesso de matérias-primas e combustíveis limpos, como lítio, cobre e hidrogênio verde; o tratamento equitativo para investidores da UE no Chile, incluindo o setor de energia e suas matérias-primas; e a simplificação da burocracia para as pequenas e médias empresas de ambas as partes. O acordo ainda inclui compromissos na área de proteção ambiental, direitos sociais e laborais, com disposições sobre o cumprimento do Acordo de Paris e o respeito às convenções da Organização Internacional do Trabalho. O Ministro das Relações Exteriores chileno, Alberto van Klaveren, comemorou a aprovação dos instrumentos pelo Parlamento Europeu afirmando que os acordos darão “um impulso significativo à relação do Chile com a União Europeia, estabelecendo novos padrões de comércio e cooperação”.

Fontes: [Comissão Europeia](#), 05/07/2023; [EurLex](#), 05/07/2023; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile](#), 13/12/2023; [Gobierno de Chile](#), 29/03/2024; [Parlamento Europeu](#), 29/03/2024.

Governo equatoriano enfrenta crise de segurança pública e pressões externas

Em 7 de janeiro de 2024, teve início a maior crise de segurança pública na história recente do Equador, ocasionada pela fuga do narcotraficante Adolfo Macías Villamar, da gangue Los Choneros, de um presídio da cidade de Guayaquil. Em reação, o governo de Daniel Noboa decretou estado de exceção nacional por 60 dias, protocolo muito utilizado durante a gestão de seu antecessor, Guillermo Lasso. A fuga do criminoso e o subsequente estado de exceção nacional deram início a uma série de incidentes violentos provocados por membros de outras facções criminosas, como a Los Lobos, que acusou o governo de beneficiar seus adversários, Los Choneros, e a Los Tiguerones, que invadiu uma emissora de televisão e fez funcionários reféns durante uma transmissão ao vivo. No dia 10 de janeiro, os 11 chefes de Estado sul-americanos emitiram um comunicado conjunto rechaçando a violência no país e apoiando o governo Noboa nas medidas necessárias para enfrentar a crise de segurança. As ações de enfrentamento aos narcotraficantes foram conduzidas pelas Forças Armadas e pela Polícia

Nacional, como militarização da administração dos presídios, toques de recolher e suspensão do direito de inviolabilidade de correspondências e domicílios. Mais de 10 mil cidadãos foram detidos ao longo dos dois meses de estado de exceção, e milhares de armas, veículos e cerca de 250 mil dólares foram apreendidos. Em meio à crise, Noboa buscou apoio internacional para reequipar e modernizar as Forças Armadas e a polícia. No fim de janeiro, o governo dos EUA ofereceu a permuta de equipamentos militares antigos soviéticos possuídos pelo país há cerca de 25 anos (como helicópteros, sistemas de defesa antiaérea, baterias de lançamentos de foguetes) por equivalentes mais modernos. O governo russo reagiu negativamente às negociações, acusando os EUA de querer realizar uma triangulação de armas, enviando os equipamentos soviéticos antigos para as forças militares da Ucrânia, que resistem à invasão russa há dois anos. Inicialmente, Noboa optou por declarar publicamente que levaria adiante o acordo com os EUA, afirmando que os equipamentos antigos são sucata não reutilizável. Em reação, o governo russo impôs restrições a produtos exportados pelo Equador, como bananas e flores, alegando riscos fitossanitários. Em 22 de fevereiro, o governo Noboa recuou e desistiu de realizar a permuta de equipamentos, reforçando a sua neutralidade em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia e o compromisso com acordos internacionais sobre equipamentos militares.

Fontes: [Infobae](#), 08/01/2024; [El Universo](#), 10/01/2024; [El Universo](#), 15/01/2024; [Infobae](#), 06/02/2024; [El Universo](#), 22/02/2024; [Primícias](#), 22/02/2024; [El Mercurio](#), 25/02/2024.

Mercosul retoma negociações comerciais e se posiciona diante de crise no Equador

No dia 9 de janeiro, o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, e o presidente da Argentina, Javier Milei, conversaram por telefone e concordaram que as negociações para o acordo entre o Mercosul e a União Europeia devem ser concluídas rapidamente. Do lado brasileiro, no dia 10, o presidente Lula conversou com o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, e sugeriu a possibilidade de um acordo comercial entre o Japão e o Mercosul. No dia 16, o vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, se encontrou com o Alto Representante da União Europeia para Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, para retomar as tratativas do acordo Mercosul-União Europeia, paralisadas

desde meados de dezembro. No entanto, a retomada da agenda continua enfrentando resistências, já que o presidente da França, Emmanuel Macron, declarou no Fórum Econômico Mundial que não é a favor das atuais condições do acordo e defendeu a aplicação de cláusulas-espelho – mecanismo que estabelece que produtos que entrem na UE sigam as mesmas condições internas do bloco. Macron argumentou que os produtos que entram na União Europeia devem atender aos padrões de biodiversidade e redução de emissões aplicados aos produtores franceses. Sobre a política regional, no dia 10 de janeiro, o Mercosul emitiu um comunicado sobre a crise no Equador que condenou veementemente os “atos de violência perpetrados por grupos relacionados ao crime organizado transnacional”. Os países expressaram, ainda, solidariedade ao povo e ao governo do Equador e “respaldo irrestrito à institucionalidade democrática do país” em consonância aos direitos humanos. A ação do bloco foi resultado do apelo do presidente equatoriano Daniel Noboa para que representantes da América do Sul manifestassem apoio ao país, que enfrenta uma escalada de violência e uma crise de segurança interna após grupos ligados ao crime organizado se rebelarem.

Fontes: [UOL](#), 09/01/2024; [Agência Brasil](#), 10/01/2024; [Mercosul](#), 10/01/2024; [CNN Brasil](#), 10/01/2024; [Estado de Minas](#), 16/01/2024; [CNN Brasil](#), 17/01/2024.

Divergências persistem e Paraguai decide paralisar negociações para o acordo Mercosul-UE

No dia 1º de fevereiro, o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, emitiu sinal positivo para conclusão do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Após críticas do presidente francês, Emmanuel Macron, Sánchez pontuou que as negociações cabem à Comissão Europeia e que ele apoia a expansão das relações da Europa com outras regiões do mundo, incluindo o Mercosul. Embora as tratativas entre os dois blocos contem com o apoio de Alemanha, Espanha e Portugal, ao longo do mês, o debate em torno do acordo se intensificou devido aos protestos dos agricultores contra o aumento dos preços dos combustíveis e dos impostos sobre o setor, principalmente na França, e a proximidade das eleições para o Parlamento Europeu, em junho, com risco de crescimento da extrema-direita. Do lado brasileiro, foi publicada em 6 de fevereiro uma declaração do Ministério de

Relações Exteriores sobre a não existência de um prazo fixo para que as negociações sejam concluídas, mesmo com a persistência do país para que o acordo seja bem-sucedido, sem prejudicar a indústria local e a capacidade do Estado de fomentar políticas públicas. Para o vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Maros Sefcovic, o Brasil ainda não cumpriu todos os requisitos para a finalização do acordo, embora o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura do Brasil, Roberto Perosa, tenha afirmado que a única questão pendente é a definição do mecanismo de arbitragem. No dia 20 de fevereiro, na Argentina, o Ministro de Relações Exteriores da França, Stéphane Séjourné, declarou, ao lado de Diana Mondino, sua homóloga em Buenos Aires, que o acordo “não satisfaz os pedidos e as expectativas nos dois lados do Atlântico em matéria climática, ambiental e sanitária”. Para dar fim ao impasse, o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai anunciou, no dia 23 de fevereiro, que as negociações entre o Mercosul e a União Europeia ficarão suspensas até a conclusão das eleições parlamentares da Europa.

Fontes: [UOL](#), 01/02/2024; [Terra](#), 06/02/2024; [Carta Capital](#), 07/02/2024, [CNN Brasil](#), 20/02/2024, [UOL](#), 20/02/2024; [Ministério de Relações Exteriores do Paraguai](#), 23/02/2024.

Uruguai participa de reuniões ministeriais do G20 pela primeira vez

Entre os dias 21 e 22 de fevereiro, o Uruguai, representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Omar Paganini, participou de reuniões ministeriais do G20. Esta foi a primeira vez em que o Uruguai participa das reuniões do grupo. O convite foi realizado pelo presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que ocupa a presidência pro tempore do G20 no ano de 2024. Em nota oficial, o governo brasileiro afirmou que o convite foi estendido para os parceiros do MERCOSUL para promover uma perspectiva mais representativa dos países em desenvolvimento em foros internacionais. Paganini discursou nas reuniões. Em sua fala, destacou que o G20 deve atuar frente às tensões que assolam a comunidade internacional atualmente. Com isso, Paganini acompanhou a posição dos outros membros do G20 ao defender reformas nos organismos multilaterais, os direitos humanos e seus princípios básicos, o respeito à integridade territorial e à solução pacífica de controvérsias, além de destacar a importância do

comércio internacional como um fator decisivo para o desenvolvimento dos países. Além disso, o ministro destacou a posição uruguaia nos atuais conflitos, em particular na guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, ao condenar as ações unilaterais feitas pela Rússia no território ucraniano, defender o direito de soberania da Ucrânia, condenar os ataques terroristas sofridos por Israel por parte do Hamas e afirmar o direito deste país de se defender, ao mesmo tempo que exigiu uma pausa humanitária para atender a população civil palestina. Em sua fala, Paganini afirmou que uma pausa humanitária ajudaria a assistir à população civil e libertar todos os reféns, além de servir para a busca de um caminho para uma paz sustentável. No segundo dia da reunião, o foco do discurso do ministro foram os desafios enfrentados pelos órgãos multilaterais, em particular nos problemas de eficácia e legitimidade enfrentados por eles. Para Paganini, o G20 deve melhorar a governança global e revitalizar a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fontes: [El Observador](#), 21/02/2024; [Ministerio De Relaciones Exteriores](#), 23/02/2024; [Ministério Das Relações Exteriores](#), 10/03/2023.

Governo da Venezuela é criticado internacionalmente após inabilitação de principal candidata opositora e prisão de ativista

Em 26 de janeiro, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela confirmou a inabilitação política de Maria Corina Machado por 15 anos. Corina Machado é a principal líder da oposição no país e, em outubro de 2023, venceu as primárias para escolher um candidato opositor que concorrerá nas eleições presidenciais previstas para este ano. Henrique Capriles, outro nome importante da oposição, também teve sua inabilitação confirmada pelo Tribunal. Segundo o sistema de justiça venezuelano, a inabilitação da candidata se deve a irregularidades administrativas ocorridas durante seu mandato como deputada, entre 2011 e 2014. Corina Machado afirmou, no entanto, que não deixará de disputar as eleições presidenciais. Três dias depois da decisão, o governo dos EUA anunciou a retomada de sanções à Venezuela, dando o prazo de 13 de fevereiro para a interrupção de transações com a Minerven, empresa estatal venezuelana de mineração de ouro. O governo estadunidense também ameaçou reimpor sanções à

indústria petrolífera da Venezuela. Em 8 de fevereiro, o Parlamento Europeu emitiu resolução condenando a inabilitação. A Organização dos Estados Americanos também se manifestou, acusando o governo de Nicolás Maduro de inviabilizar a realização de eleições limpas e transparentes. Entre os vizinhos sul-americanos, os governos de Argentina, Uruguai, Paraguai e Equador condenaram a inabilitação de Corina Machado. O governo uruguaio chamou para consultas seu embaixador na Venezuela, Eber Da Rosa, em 9 de fevereiro. Dez dias depois, Da Rosa renunciou ao cargo, alegando motivos pessoais. Os governos de Brasil e Colômbia não se manifestaram sobre a inabilitação. Em fevereiro, a comunidade internacional também criticou o governo venezuelano pela prisão da ativista Rocío San Miguel. Especialista em questões militares, a ativista foi detida em 9 de fevereiro sob acusações de traição à pátria, terrorismo e conspiração. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos manifestou preocupação com o ocorrido e, em reação, o governo de Maduro expulsou seus funcionários do país, no dia 15 de fevereiro. Duas semanas depois, no entanto, o chanceler venezuelano Yván Gil se reuniu com o alto comissário Volker Türk em Genebra, afirmando que o governo venezuelano está disposto a cooperar, desde que o princípio de não interferência seja respeitado.

Fontes: [O Globo](#), 26/01/2024; [Estadão](#), 29/01/2024; [Folha de São Paulo](#), 29/01/2024; [Estadão](#), 30/01/2024; [Grupo R Multimedio](#), 30/01/2024; [Efecto Cocuyo](#), 08/02/2024; [Grupo R Multimedio](#), 09/02/2024; [Nexo Jornal](#), 15/02/2024; [Grupo R Multimedio](#), 20/02/2024; [Efecto Cocuyo](#), 27/02/2024.

Guiana preside o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a CARICOM

Em 2024, a Guiana iniciou um mandato de dois anos como membro rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No mês de fevereiro, a representante permanente da Guiana na O, Carolyn Rodrigues-Birkett (também ex-ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional), assumiu a presidência do conselho. Como parte da agenda, uma reunião foi liderada, no dia 13 de fevereiro, pelo presidente guianense Irfaan Ali. O encontro tratou de questões relacionadas aos conflitos bélicos ao redor do planeta, assim como à crise climática e à insegurança alimentar, que acabam sendo potencializadas pelas guerras. Apesar das tensões atuais em Essequibo, a questão entre Guiana e Venezuela não foi tratada, pois o confronto em Gaza teve um destaque maior na agenda. Entretanto, a paz e a cooperação

entre países amazônicos foram abordadas na 46ª cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada entre os dias 25 e 28, em Georgetown, e presidida por Irfaan Ali. No dia de encerramento, ocorreu uma reunião trilateral entre Ali, Chandrikapersad Santokhi, presidente do Suriname, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, que foi convidado para a cúpula. O teor das discussões envolveu a importância de se aprofundar a integração da Amazônia e da América do Sul, tanto de forma física como digital, a cooperação energética e o combate às atividades ilegais transfronteiriças. Irfaan Ali e Lula também se encontraram no dia seguinte (29) para discutir a manutenção da paz no continente, a segurança alimentar, a importância da exploração responsável do meio ambiente e a integração infraestrutural. A estabilidade na região de Essequibo é fundamental para todas as ambições mencionadas, e o governo brasileiro vem cumprindo um papel importante no que tange a diplomacia necessária. Guiana e Venezuela, apesar de não mudarem seus posicionamentos sobre a posse de Essequibo, não abdicaram da diplomacia, de tal forma que, no dia 21 de fevereiro, Richard Van West-Charles foi credenciado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Guiana na Venezuela.

Fontes: [United Nations](#), 01/02/2024; [Ministry Of Foreign Affairs And International Cooperation Of Guyana](#), 21/02/2024; [Poder 360](#), 28/02/2024; [Carta Capital](#), 29/02/2024; [Reuters](#), 29/02/2024.

Celac aprova plano regional de combate à fome e erradicação da pobreza

No dia 17 de janeiro, representantes de países latino-americanos e caribenhos aprovaram um plano de segurança alimentar que prevê a erradicação da fome na região até 2030 – em concordância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). A decisão foi tomada durante a última reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) realizada em Santiago, no Chile. Com a participação e o apoio do Brasil, representado pelo Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o plano adota uma abordagem intersetorial e se baseia em quatro pilares: criação de marcos legais e institucionais e políticas macroeconômicas favoráveis à segurança

alimentar e nutricional; produção sustentável e acesso a alimentos; dietas saudáveis; e transição para sistemas agroalimentares resilientes. A estratégia, apoiada por 30 países, ainda considera o impacto das crises ambiental e climática sobre o planeta e, especialmente, sobre a América Latina e o Caribe. De acordo com o Ministro da Agricultura, Bosques, Pesca, Transformação Rural, Indústria e Trabalho de São Vicente e Granadinas, Saboto Caesar, o plano é um passo importante para a consolidação da soberania e da segurança alimentar da região e um resultado positivo da cooperação entre os países. Para o representante do Chile, Esteban Valenzuela, a concretização do plano é um compromisso para a construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e adaptados às mudanças climáticas. A iniciativa contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Fontes: [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](#), 17/01/2024; [El Mostrador](#), 18/01/2024; [FAO no Brasil](#), 18/01/2024.

